

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.499.736 - RS (2019/0111171-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : PAULO DE BORBA DIAS FILHO  
**ADVOGADOS** : MARITANIA LUCIA DALLAGNOL E OUTRO(S) - RS025419  
RAFAELA MARTINS RUSSI - RS089929  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO  
SUL  
**INTERES.** : MUNICIPIO DE SAO JERONIMO  
**ADVOGADOS** : OLINDO BARCELLOS DA SILVA E OUTRO(S) - RS018389  
VOLTAIRE MISSEL MICHEL - RS011287  
FERNANDO PICARELLI FERREIRA - RS015016  
HAMILTON FERREIRA ANSELMO - RS054004

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por PAULO DE BORBA DIAS FILHO, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. REPARAÇÃO DO DANO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO. MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO. AGENTE POLÍTICO. EXTINÇÃO DA AÇÃO PELA INAPLICABILIDADE DA LEI Nº 8.429/92. IMPOSSIBILIDADE. RECLAMAÇÃO Nº 2.138 DO STF. EFEITO INTER PARTES.

A improbidade administrativa se caracteriza pela conduta antiética do agente do Poder Público, na condução da 'coisa pública', desviando-se dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Reconhecidos os atos de improbidade administrativa, merece ser mantida a procedência da ação, já efetuado o parcelamento administrativo do débito.

**NEGADO PROVIMENTO AO APELO. UNÂNIME.**

Alega violação dos arts. 10 e 11 da Lei n. 8.429/92, no que concerne à caracterização da conduta do recorrente como ato de improbidade, trazendo, em síntese, os seguintes argumentos:

Ressalte-se que a mera irregularidade eventualmente apurada nos atos administrativos não se confunde com a improbidade, que exige conduta dolosa/culposa e importa em sanções aos Administradores, havendo sempre que se levar há que se levar em conta os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade (fl. 569).

Dessa forma, entende o Recorrente haver violação dos artigos supracitados por se tratar de ilícita imputação de responsabilidade objetiva, em face de atos realizados em função exclusiva de questões supervenientes e alheios a vontade do Recorrente, que, por sua vez, não pode ser condenado por improbidade em razão de atos dolosos ou culposos (fl. 570).

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não houve a correta indicação do permissivo constitucional autorizador do recurso especial, aplicando-se, por conseguinte, a referida Súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Isso porque, conforme disposto no art. 1.029, II, do CPC/2015, a petição do recurso especial deve conter a “demonstração do cabimento do recurso interposto”.

Sendo assim, o recorrente, na petição de interposição, deve evidenciar de forma explícita e específica em qual ou quais dos permissivos constitucionais está fundado o seu recurso especial, com a expressa indicação da alínea do dispositivo autorizador.

Este entendimento possui respaldo em antiga jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, que assim definiu: “O recurso, para ter acesso à sua apreciação neste Tribunal, deve indicar, quando da sua interposição, expressamente, o dispositivo e alínea que autoriza sua admissão” (AgRg no Ag 205.379/SP, relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, DJ de 29/3/1999, p. 135).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AgInt no AREsp n. 1.015.487/RJ, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 2/8/2017; AgRg nos EDcl no AREsp n. 604.337/RJ, relator Ministro Ericson Marinho (desembargador convocado do TJ/SP), Sexta Turma, DJe de 11/5/2015; e AgRg no AREsp n. 165.022/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe de 3/9/2013.

Ademais, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a

modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 07/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente